

Discurso - JANIO MENDES

► Informações Básicas

Texto do Discurso

O SR. JANIO MENDES – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, considero importante ressaltar - ia fazê-lo aqui no instante da declaração de voto, porém, observando que a votação se encaminhava para um consenso, mas é importante registrar que uma grande contribuição do Deputado Paulo Ramos permitiu o aprimoramento da lei, como também a fala da Deputada Clarissa -, que o que motivou a votação do Projeto de Lei 91/2011 foi a tragédia na Região Serrana. Mas quando se legislou sobre o tema, felizmente, esta Casa legislou para uma situação estável e não uma situação localizada. Em casos de calamidade pública, passa o Estado a ter um instrumento eficiente de intervenção, não apenas, hoje, na situação dos municípios da região serrana. Passa esse a ser um instrumento de intervenção do Estado em casos de calamidade em qualquer município ou região do Estado do Rio de Janeiro. Esse é um ponto importante a ser destacado.

Minha fala neste expediente final tem como objetivo referir-me a um assunto que já tive a oportunidade de tocar aqui nesta tribuna e que, hoje, ouvi na rádio CBN uma crítica da Ministra Ideli Salvatti à política pesqueira do Estado do Rio de Janeiro.

Aqui, desta tribuna, já registrei que durante muitos anos o Ministério da Pesca, dominado por políticos da Região Sul do País, mais precisamente de Santa Catarina, estado da atual ministra Ideli Salvatti, avançou na questão da pesca, na infraestrutura pesqueira, no financiamento de embarcações, na pesquisa e no incentivo às universidades, às escolas de pesca, o que não aconteceu no Estado do Rio de Janeiro com grande potencial pesqueiro.

Hoje, ouvindo a Ministra Ideli Salvatti, ela dizia exatamente isto. O Rio de Janeiro não tem um entreposto de pesca público. E quando o Rio de Janeiro não tem um entreposto de pesca público, o pescador fica à mercê de entrepostos particulares que impõem preço ao pescador. O Rio de Janeiro fica exposto a que, pelas nossas embarcações, entre além de pescado armas, drogas, tudo fora, longe do controle e do olhar do Estado. O Rio de Janeiro hoje sofre. Se olharmos o nosso litoral, basta começar pela Ponte Rio-Niterói, Ilha da Conceição e vamos circulando pelo interior do Estado do Rio de Janeiro, Baía de Guanabara adentro, as lagoas adentro, vamos vendo que as nossas lagoas, o nosso litoral está virando cemitério de embarcação há muito tempo. Porque o pescador artesanal não tem recurso para recuperar a sua embarcação,

ele não tem o estaleiro para atracar para fazer reparo, a tendência é acabar, e vai encostando.

Hoje, o pescador sofre, e a Ministra colocava com muita propriedade, está sendo construído o Porto do Açú, em São João da Barra. Para a construção do Porto do Açú está se aterrando grandes áreas de criadouro de pesca. E aquela comunidade pesqueira que sobrevive daquela atividade, da pesca recriada, produzida naquele manancial, para onde vai?

Na nossa região, Sr. Presidente, Deputado Roberto Henriques, o mar de Cabo Frio a Campos é um grande garimpo. Torres de petróleo. A cada torre que se instala da Petrobras se cria uma área de pesca proibida, que é a área de segurança do entorno da plataforma, de 500m. Uma plataforma leva luz, leva alimentação, cria no seu entorno, no seu casco, alimentação para a pesca, para ali o pescado é atraído. Mas o pescador não pode ir. O pescador sofre.

Na Região Sul do Estado, a CSA se instalando, aqui já tivemos nesta assistência, familiares de pescadores mortos por guerra. Nesta tribuna, tivemos a distribuição de um pó que polui as lagoas e o oceano, tornando a pesca cada vez mais escassa e proibitiva para a comunidade pesqueira.

Por último, a Ministra disse que dispõe de recursos no Orçamento da União para a construção de um entreposto de pesca público no Estado do Rio de Janeiro; que a área selecionada fora na Ilha do Governador e que a Prefeitura do Rio de Janeiro, desde já, vetou a construção.

É preciso que haja uma alteração na lei de zoneamento do município e essa alteração não haverá porque há uma rejeição tanto da Prefeitura como da comunidade da Ilha do Governador para que ali se instale esse entreposto de pesca público.

Estamos falando de um município com potencial pesqueiro, com um limite de litoral enorme, com uma comunidade pesqueira gigante, onde não existe um controle talvez por falta de uma política de pesca neste Estado. Ninguém aqui é capaz de dizer qual o número de famílias que vivem da pesca no Estado do Rio de Janeiro.

E é incontável. Nós, que vivenciamos o dia-a-dia das comunidades pesqueiras no interior, bem sabemos.

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS – Eu ouvi a entrevista da Ministra Ideli Salvatti na CBN. Como conheço a Ilha do Governador, já tive muito interesse e participei de muito debate sobre a pesca quando fui Deputado Federal, é uma atividade que fica sempre esquecida, tendo o Brasil esse grande litoral. É um absurdo!

Mas quero dizer a V.Exa. que quem selecionou a Ilha do Governador para um terminal pesqueiro deve ser inimigo da pesca, porque não é possível. A pesca é oceânica. A pesca não é na Baía de Guanabara. Como levar tudo aquilo que é pescado para o interior da Ilha do Governador para supliciar ainda mais a população e aqueles que lá estiverem desenvolvendo as suas atividades vão enfrentar os mesmo problemas?!

Para o Porto do Açu tem todos os privilégios, porque o Eike Batista é um dos homens mais ricos do mundo, para o Porto de Sepetiba, para outros portos, privilegiando setores conhecidos e empresários conhecidos com recursos. Por que não selecionar na costa, no litoral? Há espaço no Município do Rio de Janeiro para um terminal pesqueiro que não seja na Ilha do Governador, para desgraçar mais ainda a vida da população e ainda desgraçar a vida daqueles que vão lá desenvolver a atividade ligada à pesca. O local é impróprio. A resistência do Prefeito observa a vontade da população, e é justo, mas num olhar, através da economia, o local é impróprio. Quem escolheu aquele lugar dentro da Ilha do Governador é inimigo da pesca, com o discurso de viabilizar quer inviabilizar a atividade no nosso Estado.

O SR. JANIO MENDES – Concordo plenamente, Deputado Paulo Ramos.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que toda essa discussão ou se dá na ausência de discussão, na ausência de se ouvir a comunidade pesqueira, na ausência de se investir na universidade pesqueira, na pesquisa, na ausência do conhecimento, do potencial pesqueiro do Estado do Rio de Janeiro, do nosso interior.

Sr. Presidente, precisamos urgentemente estabelecer essa discussão, e dizer ao Governo do Estado e ao Governo Federal: o Rio de Janeiro, o nosso pescador precisa de um terminal pesqueiro público, urgente. Não podemos perder essa oportunidade. O nosso Secretário Estadual de Abastecimento e Pesca, Deputado Felipe Peixoto e o nosso Secretário de Meio Ambiente, Deputado Carlos Minc, que participaram das audiências, dos encontros com a Ministra estão empenhados nessa causa. E trago a esta Casa a necessidade desse empenho político para se definir o mais rápido possível essa área estratégica no nosso litoral, que

seja viável, do ponto de vista econômico, mas acima de tudo, que tenham a sensibilidade de olhar a realidade do nosso pescador e trazer para a estrutura de pesca no Estado Rio de Janeiro um instrumento hábil para ativar a economia pesqueira, permitindo que essas famílias possam continuar vivendo da pesca em nosso Estado. É esse o nosso desejo. É esse o nosso trabalho.

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/0d997abc4d1a92248325784f007bf5e1?OpenDocument&Highlight=0,pesca>